

Socialismo democrático e social-democracia: entre o discurso e a prática de Mário Soares – 1964/1979

David Castaño

Centro de Estudos de História Contemporânea – ISCTE-IUL
IPRI-UNL

Nesta comunicação procura-se analisar a evolução do discurso político de Mário Soares relativamente ao binómio socialismo democrático / social-democracia enquadrando esta evolução nos vários contextos políticos por que passou a sua acção desde a criação da ASP em 1964, até ao III Congresso do PS, realizado em 1979. Estes elementos contribuem para um maior conhecimento do papel do líder socialista no processo de transição e consolidação da democracia portuguesa e ajudam a explicar o quadro político-partidário desenhado no pós-25 de Abril.

Da ASP ao PS

A criação da ASP, em Abril de 1964, deveu-se em parte à constatação da necessidade de afirmação de uma corrente socialista que procurava afastar-se da tradicional oposição republicana em virtude do surgimento de uma nova geração nascida das contestações académicas de 1962 que considerava o grupo onde pontificava Mário Soares como demasiado moderado e social-democrata⁷³⁴.

Tendo rompido com o PCP em 1950, Soares vinha de uma longa travessia no deserto, durante a qual, na companhia de outros ex-militantes comunistas, formara em 1955 a Resistência Republicana, grupo que colaborou activamente na elaboração do Programa para a Democratização da República, que pretendia apresentar as ideias da “oposição democrática, republicana, liberal e socialista”⁷³⁵. Idealizado por Jaime Cortesão e Mário de Azevedo Gomes a divulgação deste programa em 1961 procurava contrariar a ideia defendida pelo regime e que encontrava eco nos seus aliados da NATO, que a oposição não tinha um programa alternativo ao do governo. No entanto, pontos de vista divergentes em relação ao futuro dos territórios africanos, o progressivo desaparecimento das figuras simbólicas da oposição republicana ao Estado Novo e a

⁷³⁴ AVILLEZ, Maria João. (1996), *Soares, ditadura e revolução*, Lisboa, Público, p. 159.

⁷³⁵ “Programa para a democratização da República”, Fundação Mário Soares, Arquivo Mário Soares, pt. 02582.026.

incapacidade de atrair os jovens líderes estudantis forjados na crise académica de 1962, levaram Soares e o seu grupo a deixar cair o pendor republicano e a apostar no socialismo cuja tradição, reconhecia Mário Soares, não era grande, “nem particularmente brilhante”⁷³⁶. Soares sentia-se também acochado pela oposição católica, que em seu entender, devida à antiga proximidade da Igreja com o regime, ostentava um esquerdismo, que o ultrapassava⁷³⁷. Aproveitando as revelações do que designava “desvios totalitários do estalinismo” combinadas com as ideias cooperativistas de António Sérgio, Soares acreditava que existia um “largo espaço político a ocupar por um partido socialista” que soubesse “situar-se deliberadamente à esquerda”, diferenciando-se tanto do Partido Comunista como das formações “republicano-liberais e demo-cristãs”⁷³⁸ e constituir-se como uma força de diálogo em relação ao PCP através da afirmação do socialismo democrático, onde de acordo com a declaração de princípios da ASP, cabiam os sociais-democratas e os socialistas marxistas, descritos como não partidariamente comunistas⁷³⁹. Esta não era, contudo, uma tarefa fácil. Por um lado, porque não se pretendia criar um partido clandestino a funcionar paralelamente ao PCP e, por outro, porque a classe operária permaneceu, como Soares reconheceria, uma coudada do PCP, inexpugnável⁷⁴⁰. Anos mais tarde afirmaria que apenas tinha sido possível constituir uma pequena rede composta por elementos operários dispersos pela cintura industrial de Lisboa⁷⁴¹.

A afirmação do socialismo democrático e transformação da ASP numa força de diálogo em relação ao PCP não foi alcançada. No entanto, um objectivo mais modesto, que passava por dar visibilidade internacional à existência em Portugal de uma oposição de esquerda não comunista, conheceu alguns resultados, registando-se em 1966 os primeiros contactos com a Internacional Socialista (visita do secretário-geral da IS, Albert Carthy, a Portugal). O fortalecimento dos laços internacionais permitiu manter e consolidar este pequeno grupo com fraca implantação no terreno, sem qualquer capacidade de influência no operariado, disperso por alguns núcleos no exílio e com fraca capacidade de atracção de outra nova geração que influenciada pelo Maio de 1968

⁷³⁶ SOARES, Mário. (1974), *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Arcádia, p. 527.

⁷³⁷ SOARES, Mário. (1974), *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Arcádia, p. 526.

⁷³⁸ SOARES, Mário. (1974), *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Arcádia, p. 529.

⁷³⁹ Declaração de Princípios da ASP, Novembro 1964, FMS, Arquivo MS, pasta 0524.000.

⁷⁴⁰ SOARES, Mário. (1974), *Portugal Amordaçado. Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Arcádia, p. 531.

⁷⁴¹ AVILLEZ, Maria João. (1996), *Soares, ditadura e revolução*, Lisboa, Público, p. 159. pp. 138-139.

advogava soluções mais radicais. Havia que transformar o pequeno grupo de amigos com afinidades políticas numa estrutura maior e com capacidade de atracção de outras sensibilidades à sua esquerda.

Em 1972 Soares defendia que “o socialismo ao serviço da boa consciência burguesa” era uma “caricatura”, que não se pretendia identificar com a social-democracia europeia, que os comunistas tinham alguma razão quando se referiam à social-democracia como “social traição” e que por isso se definia como socialista uma vez que defendia uma transformação radical das estruturas económicas e sociais portuguesas sem sacrificar a liberdade⁷⁴².

No ano seguinte a ASP transformou-se em PS. Nessa ocasião, Soares referiu-se à confusão existente entre socialismo e social-democracia e apontou com clareza o seu posicionamento, rejeitando vir a ser um “leal gestor do capitalismo” num contexto reformista, recusou a social democracia e defendeu “uma verdadeira revolução” transformadora das estrutura tradicionais do país⁷⁴³.

Fundado com o apoio da social-democracia europeia, o novo partido adoptava um discurso muito crítico relativamente às práticas políticas dos seus parceiros internacionais. Tal deve ser interpretado porque um dos motivos para a transformação em Partido prendera-se precisamente com a procura de alargamento a outras sensibilidades à esquerda, nomeadamente de recentes dissidentes do PCP (grupo de Sottomayor Cardia, António Reis e Marcelo Curto). Neste contexto, a declaração de princípios do novo partido propunha-se “realizar a síntese das várias correntes que aspiram ao socialismo em liberdade”. Partindo da ideia “que uma democracia de Estado sem democracia de base” corria “o risco de se afastar do povo, e que uma democracia de base sem democracia de Estado” corria “o risco de cair ou na inoperatividade ou no totalitarismo”, eram criticados tanto os “modelos burocráticos e totalitários que, por razões históricas e contrariamente à inspiração essencial do marxismo, o socialismo seguiu em certos países”, como “as miragens de sociedades que só formalmente se apresentam como democráticas” e repudiados com vigor os movimentos que afirmando-se “social-democratas” ou “socialistas” acabavam por conservar, “deliberadamente ou de facto, as estruturas do capitalismo e servir os interesses do imperialismo”⁷⁴⁴.

⁷⁴² Entrevista de Mário Soares a Mário Mesquita, Fevereiro de 1972, transcrita em SOARES, Mário. (1975), *Escritos do Exílio*, Lisboa, Livraria Bertrand, pp. 118-121.

⁷⁴³ “Destruir o sistema construir uma nova vida”, relatório de Mário Soares apresentado no Congresso da ASP de 19-4-1973, reproduzido em livro SOARES, Mário. (1975), *Escritos do Exílio*, Lisboa, Livraria Bertrand, p. 313.

⁷⁴⁴ Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista, Lisboa, Portugal Socialista, 1973.

Seguindo esta posição, o programa do partido defendia um “processo de desenvolvimento económico rápido”, apoiado na planificação económica, reforma agrária e nacionalização de empresas, devendo o sector privado ficar reduzido “aos domínios não decisivos” da economia⁷⁴⁵. Ao tomar conhecimento do conteúdo do programa do partido, cuja elaboração se deveu precisamente aos novos aderentes, Soares considerou-o “excessivamente radical e irrealista”, nomeadamente no tocante à amplitude das nacionalizações e à marginalização da iniciativa privada⁷⁴⁶. Não tendo conseguido alterar o conteúdo do programa, escreveu uma introdução onde explicava que tinham sido adoptadas “soluções controversas de tipo particularmente polémico” que estavam longe de ser unânimes⁷⁴⁷. A ideia de que era necessário construir um partido o mais abrangente possível obrigavam-no a fazer este tipo de cedências.

Esta ambiguidade seria a breve trecho colocada à prova quando, no seguimento da queda do Estado Novo, o país assistiu a profundas transformações políticas, económicas e sociais que abriam caminho à implementação de muitas das medidas programáticas preconizadas pelos socialistas portugueses que, rejeitando tanto os modelos socialistas da Europa de Leste como os modelos sociais-democratas da Europa Ocidental, procuravam alcançar um compromisso entre um modelo democrático-parlamentar pluralista e a ruptura com a organização capitalista da economia.

A quadratura do círculo

Regressado do exílio, Mário Soares continuou a recusar o rótulo da social-democracia. No entanto, descrevia o PS como uma formação política onde confluíam três grandes correntes: a do socialismo oriundo do marxismo não dogmático, na qual se incluía; a do socialismo humanista, com raízes em Antero e Sérgio, que por vezes também designava como social-democrata; e o humanismo cristão representado pelos católicos progressistas⁷⁴⁸.

Na sequência do Congresso do PS, realizado em Dezembro de 1974, e da derrota de Manuel Serra, defensor de uma aproximação ao PCP, o líder socialista repudiou mais

⁷⁴⁵ Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista, Lisboa, Portugal Socialista, 1973.

⁷⁴⁶ Susana Martins, “A fundação do Partido Socialista em 1973”, in CANAS, Vitalino (org.). (2005), *O Partido Socialista e a Democracia*, Oeiras, Celta Editora, 2005, pp. 44.

⁷⁴⁷ Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista, Lisboa, Portugal Socialista, 1973.

⁷⁴⁸ Ver, por exemplo: declarações de Mário Soares à imprensa no regresso de uma reunião da IS, *Diário de Notícias* 2-7-1974, p. 7; discurso de Mário Soares no comício do PS em Braga, *Diário de Notícias* 22-7-1974, p. 7; entrevista de Mário Soares ao *Expresso* 12-10-1974, p. 21; discurso de Mário Soares no comício do PS em Sacavém, *Diário de Notícias* 16-11-1974, p. 4.

uma vez a possibilidade de vir a ser um leal gestor do capitalismo, recusando também alinhar no que designava por “verbalismo revolucionário”, e defendeu a formulação de um modelo singular, adaptado às especificidades portuguesas (país europeu e atlântico com fundas ligações aos países do terceiro mundo), que não seguisse os modelos alheios da social-democracia (experiência política dos países superdesenvolvidos da Europa) ou das democracias populares (onde escasseavam as liberdades)⁷⁴⁹.

Se no início do Congresso Soares estava preocupado com a hipótese de uma cisão de militantes moderados do norte do país, que ameaçavam ingressar no PPD, pelo que abrisse a reunião com referências ao socialismo em liberdade, a surpresa constituída pela aparição da lista de Serra, fê-lo terminar com vivas “à revolução socialista”⁷⁵⁰. É esta constante necessidade de adaptação às tensões existentes tanto no interior do partido como no país que devemos ter em conta.

O rápido crescimento do partido e a necessidade de se encontrar um ponto de equilíbrio entre a ala esquerda e a ala moderada do PS fizeram com que o posicionamento inicialmente muito claro da direcção do PS neste domínio se tenha tornado cada vez mais ambíguo e causador de polémicas. Em Outubro de 1974, quando a convite de Mário Soares uma delegação dos partidos sociais-democratas nórdicos chefiada pelo Primeiro-ministro sueco Olof Palme chegou a Lisboa, registaram-se incidentes entre militantes socialistas e populares democratas que proclamavam a sua filiação social-democrata, enquanto a delegação da JS distribuía panfletos atacando a social-democracia sueca⁷⁵¹. Em Fevereiro de 1975 no rescaldo de uma operação de recolha de fundos promovida na Holanda para apoio à “social-democracia em Portuguesa”, cujos fundos foram canalizados para a Associação António Sérgio, Mário Soares e Salgado Zenha foram forçados a reafirmar a inviabilidade da social-democracia em Portugal⁷⁵². No entanto, nesse mesmo mês, em entrevista ao jornal de tendência social-democrata *Le Novel Observateur*, Soares afirmou que se tivesse de

⁷⁴⁹ Entrevista de Mário Soares ao *Século Ilustrado*, 21-12-1974, transcrita em SOARES, Mário. (1975), *Democratização e Descolonização, dez meses no governo provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, pp. 231.232.

⁷⁵⁰ “Results of socialist party congress: from «socialist in liberty» to «socialist revolution»”, telegrama da embaixada dos EUA em Lisboa para o Departamento de Estado, 27-12-1974, Lisbom 05642, State Department Cables.

⁷⁵¹ *Diário de Notícias*, 28-10-1974, p. 9. Este episódio levou Sá Carneiro a escrever uma carta a Mário Soares, onde depois de relatar a situação caricata, afirmava que embora não reivindicasse o exclusivo da social-democracia, tão pouco poderia o poder reconhecê-lo ao PS “que dela manifestamente se não reclama”, refutando ainda a ideia defendida por Soares que o PPD era um partido liberal. Carta de Sá Carneiro a Mário Soares, 10-11-1974, FMS, Arquivo MS, Correspondência 1974, pt. 0539.060.

⁷⁵² Entrevista de Mário Soares ao *Jornal de Notícias*, 18-2-1975, transcrita em SOARES, Mário. (1975), *Democratização e Descolonização, dez meses no governo provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 279.

optar entre um “capitalismo de Estado de fachada socialista” como afirmava existir na União Soviética e nas democracias populares, e o socialismo sueco, a sua escolha recairia neste último, pois este tinha produzido uma “sociedade mais humana e mais livre que muitas outras”⁷⁵³.

O argumento de que devido a especificidades económicas, sociais e culturais, a social-democracia não tinha aplicabilidade em Portugal foi diversas vezes usado pelo líder socialista, nos meses que antecederam as eleições para a Constituinte, quando confrontado com a acusação de que o PS era um partido social-democrata e que beneficiava dos apoios e solidariedade internacionais com base neste posicionamento⁷⁵⁴. Num debate com Álvaro Cunhal promovido pelo TV francesa, Soares reafirmou que a social-democracia era inviável num país como Portugal, que sempre afirmara não ser social-democrata mas que tinha amigos sociais-democratas e que se fosse alemão “votaria sem dúvida em Willy Brandt”, pelo que se colocava ao lado do líder comunista se se tratava de repudiar a social-democracia em Portugal⁷⁵⁵.

O progressivo fim da equidistância

Começava então, a verificar-se um progressivo afastamento da equidistância inicial e uma aproximação, embora que ténue, à social-democracia. Mas, somente no início de Novembro de 1975, entrevistado por Marcelo Rebelo de Sousa, então dirigente do PPD, embora continuando a rejeitar designar o PS como um partido social-democrata, Soares afirmou que era muito difícil fazer distinções entre o socialismo democrático e a social-democracia e que um dia haveria que esclarecer o que era a social-democracia, porque existiam “em matéria política certas expressões” que tomavam um conteúdo que evoluía com as realidades políticas e que por vezes adquiriam “um sentido pejorativo que não deveriam tomar”. Feita esta observação defendeu que o PPD era um partido liberal e não um partido social-democrata, porque não possuía uma base sociológica operária e embora nele se encontrassem personalidades que poderiam estar no PS, existia também uma ala direita que chegava a ultrapassar o CDS⁷⁵⁶. Ainda incapaz de se definir como social-democrata, Soares

⁷⁵³ Entrevista de Mário Soares ao *Le Novel Observateur*, 24-2-1975, transcrita em SOARES, Mário. (1975) *Democratização e Descolonização, dez meses no governo provisório*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, p. 288.

⁷⁵⁴ Por exemplo: Entrevista de Mário Soares ao *Expresso*, 12-4-1975, caderno *Expresso Eleições*, p. II.

⁷⁵⁵ *Diário de Notícias*, 3-7-1975, p. 2; *Expresso*, 26-7-1975, p. 5.

⁷⁵⁶ *Expresso*, 8-11-1975, p. 13.

recusava que outros partidos assumissem essa identidade por inexistência de uma efectiva ligação aos meios operários, apesar de ter consciência que em Portugal só o PCP tinha essa base sociológica⁷⁵⁷.

Ultrapassado o auge revolucionário, no início de 1976, quando questionado por Dominique Pouchin sobre este tema, afirmou que a diferença entre o socialismo democrático e a social-democracia era subtil e que a fronteira era imprecisa, que não pretendia propriamente fazer uma revolução, mas antes resolver os problemas dos trabalhadores, esclarecendo: “o único critério que me interessa é o de saber se a política utilizada beneficia ou não os trabalhadores. Como negar que a social-democracia alemã conseguiu melhorar, em proporções consideráveis, as condições de vida das classes desfavorecidas? A revolução não é em si uma entidade metafísica: é somente um meio de resolver os problemas concretos dos homens. Não se faz uma revolução quando se reduz à miséria, ao constrangimento e ao silêncio”. Defendeu ainda que “para caminhar para a igualdade e repartir equitativamente os bens”, era antes de mais necessário produzir através do trabalho, riqueza” e que tinha sido nos países escandinavos onde mais longe se tinha ido nesse sentido, pelo que advogava como via mais segura para o socialismo “o melhoramento progressivo das condições de vida dos trabalhadores”, uma vez que assim se preservava “um bem precioso e muitas vezes duramente conquistado: a liberdade”. No entanto, continuava a recusar a transposição para Portugal daquilo que designava como “social-democracia tradicional”, uma vez que o capitalismo português “atrasado e parasitário, alimentado pelo colonialismo e mantido pela ditadura” não tinha produzido verdadeiras forças susceptíveis de serem associadas às transformações necessárias, pelo que era necessário “saltar alguns degraus na escada”. Este facto e aquilo que designava pelas “nuances do vocabulário político” de Portugal, que lembrava, faziam com que alguém que se declarasse social-democrata arriscasse a excomunhão, levavam-no a recusar o rótulo da social-democracia e a preferir o do socialismo-democrático⁷⁵⁸.

Nas vésperas das eleições legislativas de Abril 1976, seria a vez de Francisco Sousa Tavares, confrontar o líder socialista com a ideia de que o verdadeiro socialismo não podia ser feito em liberdade, pois implicava uma revolução total e a transformação

⁷⁵⁷ Em 1973, ao defender uma aproximação ao PCP, Soares justificou esta posição dado os comunistas terem “uma implantação efectiva (e tradicional) na classe operária”, característica que o PS não dispunha. “Destruir o sistema construir uma nova vida”, relatório de Mário Soares apresentado no Congresso da ASP de 19-4-1973, reproduzido em livro SOARES, Mário. (1975), *Escritos do Exílio*, Lisboa, Livraria Bertrand.

⁷⁵⁸ POUCHIN, Dominique. (1976), *Portugal: que revolução? Mário Soares, diálogo com Dominique Pouchin*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, pp. 87-94.

súbita das estruturas sociais, e que o socialismo em liberdade referido por Soares equivaleria sempre a uma política social-democrata. Concordando com o entrevistador, o líder socialista defendeu que a social-democracia não deveria ser vista apenas como um processo que conduzia à correcção dos aspectos mais agressivos do capitalismo, mas como um processo compatível com a democracia política que tinha como fim último a construção da sociedade socialista. Nesse sentido, afirmou desejar transformar a sociedade, mas sublinhou a necessidade de se tomarem opções pragmáticas, criticou que as discussões se centrassem no domínio da ideologia e defendeu a necessidade de resolverem os problemas concretos do país, pelo que a prioridade passava por “fazer a recuperação financeira e económica do país”, sendo para isso necessário “fomentar e encorajar o sector privado e o sector público”, devendo a questão do socialismo ser um problema colocado “para depois”. Referindo-se mais uma vez aos países nórdicos, defendeu que nesses países a economia já não era totalmente capitalista mas que ainda não era socialista e que certo tipo de reformas conduziam a uma situação que poderia vir a ser de ruptura e que então seria possível passar a um novo estágio. Soares continuava assim a insistir na possibilidade de conciliação entre liberdade e a realização de rupturas, embora já não advogasse a necessidade de uma “verdadeira revolução” que alterasse as estruturas tradicionais do país como defendera no congresso fundacional do PS ou “a destruição do capitalismo – e não a simples correcção das suas injustiças mais gritantes – para em seu lugar” construir “uma sociedade sem classes, uma sociedade socialista”, como defendeu no Congresso de Dezembro de 1974. De facto, na sequência do 11 de Março, tinham já sido realizadas profundas alterações na estrutura económica do país com as nacionalizações e ocupações de propriedades. Um ano após estes acontecimentos, Soares mostrava-se disposto a congelar o socialismo e preparava-se para se tornar, não um leal gestor do capitalismo, que estava em estado comatoso, mas no seu reabilitador, mantendo, apesar disso, ainda acesa a chama da “sociedade socialista ideal”⁷⁵⁹.

Seis meses mais tarde, no II Congresso do PS (Outubro 76), já na qualidade de primeiro-ministro do I Governo Constitucional, Soares reafirmou a sua fidelidade ao programa do partido e defendeu que era possível alcançar o socialismo sem recurso a métodos antidemocráticos, mas que era preciso avançar “por fases levando em conta as condições objectivas da realidade portuguesa”. Ora, em seu entender essas condições não estavam reunidas, não sendo ainda possível instituir uma “democracia avançada”,

⁷⁵⁹ Entrevista de Mário Soares ao jornal *A Capital*, 23-4-1976.

mais progressista do que a defendia em França pela “unidade da esquerda”, ou em Itália pelo “compromisso histórico”, pois “a força das coisas tem muita força e condiciona necessariamente todas as opções”. Em seu entender em primeiro lugar era necessário garantir que essa “democracia avançada” fosse “viável economicamente” e que não deixasse os “mecanismos económicos de mercado fundamentais ao desenvolvimento de qualquer país que queira conservar a democracia política”. Mais uma vez Soares demonstrava o seu pragmatismo e tacto político, alimentado a ala esquerda do partido com o sonho, a médio-prazo, de uma democracia avançada progressista e de criação um “modelo original de transição por fases para o socialismo, baseado na coexistência concorrencial entre os sectores público e privado, em formas de economia mista e no fomento do cooperativismo”. Até lá, e como “o povo não come ideologia”, havia que promover a reconstrução económica do país⁷⁶⁰.

Somente em Fevereiro de 1979, quando o país era dirigido pelo governo de iniciativa presidencial liderado por Mota Pinto, no III Congresso do PS, é que Soares defendeu que ocupando o PS todo o espaço da esquerda não comunista, podia e devia englobar os sociais-democratas no sentido europeu do termo, tal como acontecia com os partidos socialistas, trabalhistas e sociais-democratas da Europa. A diferenciação entre o socialismo democrático do Sul da Europa e o trabalhismo e social-democracia do Norte deixava finalmente de ter significado⁷⁶¹.

O legado

Não foram apenas os comunistas e a extrema-esquerda os responsáveis pela aversão ao termo “social-democracia” em Portugal. O PS e o seu líder tiveram, como observamos, a sua quota de responsabilidade. Décadas mais tarde, Soares viria a defender que o programa aprovado no Congresso do SPD de Novembro de 1959 (Bad Godsberg), que constituiu um ponto fundamental na afirmação da linha social-democrata, protagonizada pelo recém eleito presidente da Câmara de Berlim, Willy Brandt, fora sempre para o PS “um marco de referência importante, independentemente dos radicalismos do Programa do Partido Socialista, aprovado em Paris antes da

⁷⁶⁰ Relatório de Mário Soares ao II Congresso do PS, 30-10-1976, FMS, Arquivo Histórico do PS, Órgãos Nacionais, Congressos, Pasta 00767.003.

⁷⁶¹ “Confiar no PS, apostar em Portugal”, relatório de Mário Soares ao III Congresso do PS, 22-2-1979, FMS, Arquivo Histórico do PS, Órgãos Nacionais, Pasta 4385.68.

revolução”⁷⁶². Contudo este radicalismo não era exclusivo desse programa inicial, que sofreu até alguma radicalização no I Congresso. Quer nos seus relatórios, enquanto secretário-geral, quer nos seus discursos e entrevistas, Soares nunca se revelou um adepto da social-democracia, revelando-se até particularmente crítico. A existir, esta influência importante da social-democracia terá sido reprimida, ao nível discursivo, durante grande parte da década de 70. No entanto, sempre que a nível prático e da acção política foi colocado entre o binómio socialismo/liberdade, Soares optou claramente pela liberdade. Logo no I Congresso, em Dezembro de 74, apesar de ter defendido com o mesmo entusiasmo o sucesso da democracia pluralista e o sucesso da experiência revolucionária em curso, Soares defendeu que era necessário estabelecer prioridades e que naquela altura tal prioridade passava por garantir o sucesso da democracia pluralista. Portugal não foi assim a excepção que confirmou a regra. O sucesso da democracia pluralista implicou o insucesso da experiência revolucionária em curso. Também aqui não se alcançou a almejada quadratura do círculo.

A maleabilidade de Soares permitiu-lhe permanecer como interlocutor privilegiado da social-democracia europeia durante o período mais conturbado da revolução portuguesa e evitar que o PPD viesse a ocupar esse importante papel. A sua acção impediu a fragmentação do PS no final de 1974, dilacerado por tensões entre a sua ala esquerda e a ala social-democrata bem patentes no primeiro congresso do partido. Além de mérito próprio, o líder do PS beneficiou ainda da inicial indecisão do PPD relativamente à sua filiação internacional. Desta dinâmica resultou um quadro político-partidário original em que os dois maiores partidos se reclamam herdeiros da social-democracia.

⁷⁶² AVILLEZ, Maria João. (1996), *Soares, democracia*, Lisboa, Público, p. 146.